

**RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “A MEDIDA EXECUTIVA ATÍPICA DE  
SUSPENSÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO E OS  
PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA PATRIMONIALIDADE DA  
EXECUÇÃO CIVIL”<sup>1</sup>**

*REVIEW OF THE ARTICLE “THE ATYPICAL EXECUTIVE MEASURE OF  
SUSPENSION OF THE NATIONAL DRIVER’S LICENSE AND THE  
PRINCIPLES OF PROPORTIONALITY AND THE PATRIMONIALITY OF CIVIL  
EXECUTION”*

**Thaís da Silva Mascarenha<sup>2</sup>**

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8081934900754835>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7149-9134>

E-mail: [thais.smascarenha@gmail.com](mailto:thais.smascarenha@gmail.com)

**Resenha da obra:**

OLIVEIRA, Lucas Lima de; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; OLIVEIRA, Ana Carolina Borges de. A Medida Executiva Atípica de Suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e os Princípios da Proporcionalidade e da Patrimonialidade da Execução Civil. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano XI, Vol. XI, n. 40, jul.-dez., 2020.

**Resumo**

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A Medida Executiva Atípica de Suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e os Princípios da Proporcionalidade e da Patrimonialidade da Execução Civil”. Este artigo é de autoria de: Lucas Lima de Oliveira; Jonas Rodrigo Gonçalves; Ana Carolina Borges de Oliveira. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Ano XI, Vol. XI, n. 40, jul.-dez., 2020.

**Palavras-chave:** Medidas Executivas Atípicas. Carteira Nacional de Habilitação. Proporcionalidade. Patrimonialidade. Execução Civil.

**Abstract**

*This is a review of the article “The atypical executive measure of suspension of the national driver’s license and the principles of proportionality and the patrimony of civil execution”. This article is authored by: Lucas Lima de Oliveira; Jonas Rodrigo*

<sup>1</sup> A revisão linguística desta resenha foi realizada por Érida Cassiano Nascimento.

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Faculdade Processus.

*Gonçalves; Ana Carolina Borges. The article was published on "Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros", at the Year XI, Vol. XI, n. 40, jul.-dez., 2020.*

**Keywords:** *Atypical Executive Measures. National driving license. Proportionality. Patrimony. Civil Execution.*

### Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado "A Medida Executiva Atípica de Suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e os Princípios da Proporcionalidade e da Patrimonialidade da Execução Civil". A autoria pertence a: Lucas Lima de Oliveira; Jonas Rodrigo Gonçalves; Ana Carolina Borges de Oliveira. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico "Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros", no Ano XI, Vol. XI, n. 40, jul.-dez., 2020.

No que se refere aos autores deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um deles. Afinal, a reflexão temática também é composta pela formação, conhecimento ou pela experiência de um pesquisador. Vejamos, então, um pouco sobre cada um deles.

O primeiro autor desta pesquisa é Lucas Lima de Oliveira. Graduado no curso de Direito na Faculdade Processus; Engenheiro Ambiental e Servidor Público no TJDF. Com o currículo na plataforma *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/3072002211919254>. E com identidade internacional Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4936-7677>.

O segundo autor desta pesquisa é Jonas Rodrigo Gonçalves. Doutorando em Psicologia; possui mestrado em Ciência Política; tem especialização, dentre outras, em Direito Constitucional e Processo Constitucional. Docente e escritor. Currículo na plataforma *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>. E identidade internacional Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>

A terceira autora desta pesquisa é Ana Carolina Borges de Oliveira. Mestre em Direito e Políticas Públicas; docente de Direito Civil (Contratos) e de Direito Constitucional na Faculdade Processus; e é especialista em Contratos e Responsabilidade Civil. Com o currículo na plataforma *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/0054684022872565>. E com identidade internacional Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9621-8407>.

Esta obra está separada por capítulos, quais sejam: resumo; palavras-chave; *abstract*; *keywords*; a medida executiva atípica de suspensão da carteira nacional de habilitação e os princípios da proporcionalidade e da patrimonialidade da execução civil, o qual é dividido em cinco subcapítulos: I. A Execução e o advento do artigo 139, inciso IV, do Novo Código de Processo Civil. Além do supracitado, também estão presentes os tópicos: II. Tipos e Medidas Executivas; III. Princípios da execução Civil

relacionados às Medidas Executivas Atípicas; IV. A Patrimonialidade e a Proporcionalidade na Execução Civil; e V. A medida executiva atípica de Suspensão da Carteira Nacional de Habilitação, considerações finais, referências.

No resumo desta pesquisa encontra-se:

O tema do artigo é meio executivo atípico de bloqueio da carteira de habilitação nacional. O problema investigado foi: “O procedimento executivo de sustar a carteira de motorista é contrário à gênese importantes princípios norteadores?”. Acatou-se a conjectura “a medida restitiva da CNH vai de encontro aos princípios da proporcionalidade e patrimonialidade”. Em geral, o objetivo é “ter uma análise da hipótese da medida restritiva do documento de habilitação ferir os princípios basilares da execução”. Já especificamente, os objetivos são: “averiguar a execução, bem como a entrada em vigor do artigo 139, inciso IV, do CPC, “exemplificar as formas de procedimentos executórios e os princípios correlatos, especialmente a proporcionalidade e patrimonialidade”, como também “examinar a medida de contenção dos efeitos da carta de condução de veículos automotores”. Este artigo é importante no âmbito individual no que abarca a formação para atuar na área; para o mundo científico, possui relevância pois discute o tema; coaduna à população em geral porquanto auxilia as decisões do poder judiciário. Tem como característica ser uma “pesquisa de enfoque qualitativo teórico que durou 12 meses” (OLIVEIRA, GONÇALVES, OLIVEIRA, 2020, p. 31-32).

O tema da presente pesquisa é “A Medida Executiva Atípica de Suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e os Princípios da Proporcionalidade e da Patrimonialidade da Execução Civil”. Nela, foi estudado o seguinte óbice acadêmico: “A ação de suspensão dos efeitos da carteira de habilitação é incompatível com a gênese dos princípios inerentes à proporção executória e ao patrimônio?”.

A obra iniciou a partir da seguinte hipótese: “a cautela executória de restringir a carteira de motorista é contrária aos princípios da proporcionalidade e patrimonialidade”.

O foco macro de todo trabalho foi “estudar se a diligência de restrição do documento de habilitação é antagônica aos princípios da proporcionalidade e patrimonialidade”. Os focos particulares foram: “exemplificar as formas de ações executivas e os princípios correlacionados, especialmente a proporcionalidade e patrimonialidade; e averiguar a medida de restrição da licença para dirigir no Brasil”.

A temática da pesquisa acadêmica apresentou a justificativa que se segue: “esta pesquisa é relevante quanto ao indivíduo devido a estruturação do profissional da área; para o mundo científico, é importante pois debate sobre a temática; acrescenta à sociedade porquanto auxilia as decisões dos magistrados”.

A metodologia aplicada para a construção da pesquisa no artigo aqui analisado foi a “qualitativa teórica” desenvolvida em doze meses.

Primordialmente e de forma objetiva os autores nos apresentam a divisão das fases do processo civil, sendo a primeira do reconhecimento do direito e a segunda a

de execução de títulos extrajudiciais. Nesse sentido, eles ressaltam que a lei de ritos do Brasil, após ser inovada, acarretou em um debate doutrinário e jurisprudencial ante uma flexibilização procedimental.

Ana, Jonas e Lucas salientam com veemência que as medidas executórias podem ser diretas ou indiretas — servem como coerção —, ou seja, estas obrigam o devedor, e por esse motivo ela é residual, não podendo ser utilizadas como pena ou como método que amplifica a difícil situação do inadimplente.

No terceiro capítulo o artigo ensina que os princípios basilares têm características especiais em relação à execução. Assim, resalta que os procedimentos executórios precisam ser céleres, entretanto, há hipóteses de fuga do devedor. Nessa ótica, afirma que mesmo sendo justa, para a utilização desse meio coercitivo é imprescindível a adequação aos princípios.

Em seguida, os pesquisadores reforçam que o magistrado deve estudar anteriormente o caso concreto, para constatar se de fato adotar tais medidas em comento podem levar à satisfação do pleito do credor, como também, se o inadimplente poderá arcar com aquele ônus, pois o processo visa um resultado favorável ao exequente com o mínimo de impacto sobre o devedor.

De maneira relevante, o texto esclarece que após a vigência do Novo Código de Processo Civil Brasileiro (BRASIL, 2015) que trouxe os termos do artigo 139, inciso IV, decisões judiciais inovaram ao suspender passaportes, restringir cartões de créditos e outras medidas, em que se destaca a suspensão da licença para dirigir. Ressaltam que esta claramente limita o direito de condução de automóveis.

Ainda no mesmo capítulo, eles afirmam que a restrição serve como intimidação que pode atravessar a patrimonialidade do processo e acabar atingindo a esfera física e psíquica da vida do devedor. E sob mesma ótica, os autores reforçam que a proporção da imposição da medida é relevante, sendo que a depender, faz-se válido recorrer a outras mais efetivas.

Propositivamente, a obra informa que o Superior Tribunal de Justiça entende que tal suspensão é lícita, mas relembra que frente aos trabalhos oferecidos pela Internet, o debate adquiriu novas perspectivas, porquanto tal medida feriria a proporcionalidade ao impedir que profissional dependente de seu automóvel para auferição de renda pudesse trabalhar.

Destarte, os pesquisadores constataram objetivamente que a atipicidade executiva não pode ser vista como sanção ao executado, e nesse viés, é primordial que princípios façam parte da imposição de tais medidas porquanto se torna questionável o resultado útil do processo e a alteração do foco do patrimônio para o corpo do devedor.

Ainda nas considerações finais, o artigo demonstra então que o controle da carteira de motorista foi de encontro com o princípio da patrimonialidade, por proibir o inadimplente de dirigir. Já quanto ao da proporcionalidade, afirma que a medida pode

tornar-se gravosa, e por isso, outros meios devem ser manejados mormente com o fito de acarretar menor onerosidade ao devedor.

Em conclusão, Ana Carolina, Jonas Rodrigo, Lucas Lima (2020, p.43), elucidam que a providência executiva em estudo no artigo, embora respeite o direito de ir e vir do cidadão, é contrária à patrimonialidade da execução civil, e que quanto ao princípio da proporcionalidade, o ideal, é analisar o caso concreto específico.

### Referências

OLIVEIRA, Lucas Lima de; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; OLIVEIRA, Ana Carolina Borges de. A Medida Executiva Atípica de Suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e os Princípios da Proporcionalidade e da Patrimonialidade da Execução Civil. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano XI, Vol. XI, n. 40, jul.-dez., 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/215/313>>. Acesso em: 15 out. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago. 2021.